

AGENDA REGULATÓRIA

Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFor.

Para o Biênio 2024/2025

Considerando que a Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFor), criada pela Lei nº 9.500, de 25 de setembro de 2009, em substituição à ARFOR – Agência Reguladora de Fortaleza, red denominada pela Lei nº 11.202, de 13 de dezembro de 2021, tendo como objeto a regulação, a fiscalização e o controle dos serviços públicos de saneamento ambiental concedidos, permitidos ou terceirizados;

Considerando que entre suas atribuições está a competência regulatória, compreendendo o estabelecimento de normas e padrões para os serviços de abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a coleta e o transporte de resíduos sólidos, a drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas;

Considerando as modificações introduzidas pelo Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020) e as diretrizes de governança e atuação dos entes reguladores infranacionais estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);

Considerando que as Leis 11.459/2024 e 11.461/2024, aprovadas pela Câmara Municipal de Fortaleza em maio do corrente ano, introduziram novas e adicionais competências ao rol de atribuições da ACFor;

Considerando o compromisso de se buscar a participação da sociedade, a transparência e a previsibilidade da ação regulatória da Agência;

Vem o Conselho da ACFor submeter à consulta pública a presente proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2024/2025.

Da organização da Agenda

A Agenda Regulatória da ACFor está concebida para submeter ao crivo da

sociedade civil a agenda de prioridades para a atuação da Agência para o atual mandato do Conselheiro Presidente, que se encerra em 31 de dezembro de 2025.

Em função das alterações promovidas pela nova legislação relativa às atribuições, da estrutura organizacional e da data de nomeação dos membros do Conselho Diretor, excepcionalmente, a presente agenda regulatória traz temas que já estão sendo debatidos ou que já foram objeto de resolução ao longo do corrente ano. Esses temas, por óbvio, podem ser objeto de nova discussão quando da revisão da agenda, prevista para ocorrer em abril de 2025.

Em termos de estrutura, a agenda regulatória está organizada em função das áreas de atuação da ACFor e do tipo de intervenção proposta:

- a. De natureza normativa, tendo como consequência a expedição de resoluções sobre o tema em questão;
- b. De natureza fiscalizatória, com a indicação de temas, projetos ou ações de fiscalização ou controle consideradas estratégicas para o período; ou, ainda,
- c. Ações de suporte ao Poder Concedente em discussões que tenham relação com as atribuições da ACFor e suas áreas de atuação (Iniciativas Estratégicas).

Albert Brasil Gradvohl

CONSELHEIRO

Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa

CONSELHEIRO PRESIDENTE

A Agenda Regulatória 2024/2025

Área	Tema	Intervenção	Prazo
Governança	Regimento interno da Agência como dispõe o Artigo 18 da LC 344/2022.	Ato Normativo	Realizado
	Resolução fixando competências para a regulação dos aspectos de interesse local dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de Fortaleza em respeito ao fixado na alínea I do Art. 8º e no parágrafo 5º deste mesmo artigo da Lei 11.445/2007 com as modificações introduzidas pela Lei 14.026/2020.	Ato Normativo	Realizado
	Apoiar a Prefeitura Municipal de Fortaleza na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.	Iniciativa Estratégica	Em Execução
	Atualização das resoluções que tratam dos procedimentos administrativos e operacionais da ACFor para a regulação, controle e fiscalização dos serviços concedidos de água, esgoto e resíduos sólidos em função das alterações introduzidas pela Lei 14.026/2020, das Leis municipais 11.202/2021 e 14.059/2024 e da Norma 4 de 2024 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) relativa às diretrizes para a governança das entidades reguladoras infranacionais.	Ato Normativo	Outubro de 2024
Água, Esgoto, Manejo de Águas Pluviais e Drenagem.	Fiscalização da utilização, pela Concessionária, dos recursos da Tarifa de Contingência, com base em critérios de adequação formal e pertinência dos gastos em relação aos objetivos da política de segurança hídrica para a Região Metropolitana de Fortaleza.	Ação de Fiscalização e Controle	Agosto de 2024

	Ações de fiscalização visando à notificação das economias não ligadas à rede de esgotamento sanitário (quando disponível) em cumprimento ao disposto no Artigo 45, Parágrafo 6º, da Lei 11.445/2007, com as modificações introduzidas pela Lei 14.026/2020.	Ação de Fiscalização e Controle	Agosto de 2024
	Regulação dos serviços de coleta, transporte e destinação final de efluentes realizados por empresas privadas para contratantes privados no município de Fortaleza.	Ato Normativo	Junho de 2025
	Regulação dos Serviços de Manejo de Águas Pluviais e de Drenagem.	Ato Normativo	Dezembro de 2025
	Apoiar a da Câmara de Economia Circular de Fortaleza, visando melhor integração com os agentes do setor privado que atuam na logística reversa, na coleta seletiva e no reaproveitamento, reuso e reciclagem de resíduos sólidos urbanos.	Iniciativa Estratégica	Em execução
Manejo, Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública Urbana.	Regulação dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos realizados por empresas privadas para contratantes privados no município de Fortaleza.	Ato Normativo	Dezembro de 2024
	Elaboração do relatório de monitoramento do MAIS FORTALEZA para apresentação à Câmara de Vereadores (Parágrafo Único, Artigo 14 da Lei 11.324/2022).	Ação de Fiscalização e Controle	Março de 2024 e Março de 2025.
	Revisão dos indicadores de avaliação do desempenho do Contrato de Concessão dos Serviços de Coleta, Manejo e Destinação final de resíduos sólidos urbanos do município de Fortaleza em função das alterações introduzidas pelos aditivos 28 e 30 ao Contrato de Concessão.	Ação de Fiscalização e Controle	Junho de 2025.



Parcerias Público Privadas	Resolução disciplinando os procedimentos administrativos e operacionais relativos à regulação, controle e fiscalização das PPP e demais concessões estratégicas da Prefeitura de Fortaleza, à luz do que estabelece a Lei Municipal 14.061/2024.	Ato Normativo	Dezembro de 2024
-------------------------------	--	------------------	---------------------